



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

ATA n. 02/2023

1. Identificação da Reunião

Data da Reunião	Horário	Local	Secretariada por
18-10-2023	16h	Videoconferência	Ândrea Tessari

2. Classificação da Reunião

Reunião da Comissão de Acompanhamento e Execução Orçamentária

3. Participantes

LOTAÇÃO	SERVIDOR
DG	Ana Gabriela de Almeida Veiga
SOF	Fábio das Neves Barbosa
SOF/COORC	Hermes Rossoni
STI	Daniel Wobeto
STI/COGTI	Martinho Luiz Marchi
SA/AGCON	Fábio Silva da Silveira
SA/CMLOG	Sérgio Casaril
SA/COINP	Jodoé Renato Menger
SJ/COGIN	Antônio Hermes da Rosa Marques
SGP	Natália Gomes da Silva
SGP/ASGEP	Rinaldo Miranda Castro
EJERS/COEJE/SEDUC	Giovanna Faraon



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

4. Pauta

Assunto	Participante	Descrição
Execução Orçamentária (Janeiro a Setembro/2023)	Fábio (SOF)	Iniciou a reunião, cumprimentando a todos os presentes. A seguir, passou a apresentar a execução orçamentária de janeiro a setembro de 2023: - Limite Autorizado - R\$ 50.914.929,00 - Execução Orçamentária - R\$ 38.951.316,83 (76,50%) - Despesas Liquidadas - R\$ 25.281.224,76 (49,65%) - Despesas Pagas - R\$ 39.704.319,94 (77,98%) (2023 – R\$ 25.027.089,62 + restos a pagar – R\$ 14.677.230,32) Apresentou a execução de Planos Internos com execução mais baixa e solicitou que os responsáveis dessem uma posição. 1. Móveis Limite Orçamentário R\$ 903.410,00 Despesa Empenhada R\$ 356.758,40 (39,49%) Despesa Paga R\$ 29.800,00 2. Outros Materiais Permanentes Limite Orçamentário R\$ 598.135,00 Despesa Empenhada R\$ R\$ 239.644,70 (40,07%) Despesa Paga R\$ 87.241,81 3. Aquisição e Desenvolvimento de Software Limite Orçamentário R\$ R\$ 536.333,10 Despesa Empenhada R\$ 26.217,68 (4,89%) Despesa Paga R\$ 0,00 4. Equipamento de TI e Comunicação Limite Orçamentário + crédito R\$ 8.386.445,90 Despesa Empenhada R\$ 608.755,00 (7,26%) Despesa Paga R\$ 0,00



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Assunto	Participante	Descrição
	Casaril (CMLOG)	Assinalou sua preocupação em relação à despesa com aparelhos de ar condicionado, que possivelmente ultrapassará o previsto no plano de contratações.
	Martinho (COGTI)	Referiu que a situação atual é a seguinte: devido ao prazo de entrega de equipamentos, cerca de 70% do montante vai ficar para restos a pagar. Como as licenças têm prazo de entrega menor, provavelmente serão pagas dentro do exercício. A exceção seria quando, além da licença, tem também treinamento, podendo ficar o pagamento para o próximo ano. Mas tudo o que foi planejado já está sendo encaminhado.
	Hermes (SOF)	Ressaltou a importância de dar andamento a tudo o que foi planejado, para que no final do exercício seja verificado o que há de disponibilidade e o que precisa ser adquirido, possibilitando a realização dos ajustes necessários.
	Fábio (SOF)	Assinalou que sugeriu o exame dos PIs com execução mais baixa e valores mais elevados, em virtude de os contratos continuados apresentarem uma execução adequada. Questionou se alguém gostaria de comentar sobre a execução de outro PI que julgue importante.
	Casaril (CMLOG)	Relatou que há uma questão importante no PI Transporte: o TRE está por receber cerca de 5.000 urnas novas, que deverão ser distribuídas aos Cartórios do



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Assunto	Participante	Descrição
		interior. O valor da carga a ser transportada é extremamente alto, uma vez que cada urna nova vale por volta de R\$ 6.000,00. Assim, a estimativa de acréscimo de despesa em transporte pode chegar em R\$ 400.000,00 (hoje tem empenhado R\$ 150.000,00). Frisou que esta despesa havia sido prevista no Orçamento de Eleições de 2024, mas o TSE adiantou a entrega das urnas para este ano. As urnas são fabricadas em Curitiba e enviadas direto para o TRE, em lotes contendo 1.200 urnas. Como não se tem espaço em depósito, elas são registradas, tombadas e enviadas para o interior, ao mesmo tempo que as antigas são recolhidas.
	Hermes (SOF)	Questionou se todas as urnas novas serão entregues neste ano.
	Casari (CMLOG)	Respondeu que está previsto o envio de 12.000 urnas, das quais 5.000 deverão ser entregues este ano.
	Rinaldo (SGP)	Relatou que, em maio, houve aumento da bolsa de estágio e o empenho foi reforçado. Até julho, este valor foi suficiente para cobrir as despesas com estagiários, uma vez que as Unidades realizavam seleção e não apareciam interessados, provavelmente em razão do valor da bolsa. A partir de agosto, começaram a aparecer interessados e aumentou o número de estagiários, ultrapassando a previsão. Ressaltou que se mantendo o valor de R\$ 1.992.000,00 na Proposta Orçamentária, o TRE terá condições de manter por volta de 130 estagiários. Desta forma, deverá haver restrições no programa de estágio permanente. No



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Assunto	Participante	Descrição
		decorrer do próximo exercício serão estabelecidos critérios e submetidos à apreciação da Senhora Diretora-geral.
	Fábio (SOF)	Observou que ainda é prematuro fazer previsões para o exercício de 2025, porque tem que aguardar os limites que ainda não foram estabelecidos.
	Casaril (CMLOG)	Em relação à despesa com transporte de urna, sugeriu a alternativa de receber as urnas e não distribuir este ano ao interior. Mas para isso, precisa verificar a possibilidade de a COSEL armazenar as urnas por um tempo prolongado.
	Jodoé (COINP)	Relatou que há algumas demandas urgentes em relação a alugueis de novos imóveis para oito cartórios, incrementando o PI de alugueis por volta de R\$ 200.000,00. Além da locação, há os custos decorrentes da mudança (multa de entrega do imóvel antigo, adequação e manutenção do imóvel novo), que em 10 novas locações podem chegar a R\$ 500.000,00. Além destas demandas relatadas, não há previsão de novas locações para 2024. Para diminuir a despesa com transporte das urnas novas, sugeriu a locação de um depósito para armazená-las temporariamente, deixando a distribuição para o próximo ano. Haveria um aumento de despesa em locação de imóveis, mas o impacto certamente será menor que no PI Transporte.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Assunto	Participante	Descrição
EFD-Reinf (IN RFB N° 2043, DE 12 DE AGOSTO DE 2021)	Fábio (SOF)	Referiu que, a partir de setembro/2023, o Reinf abriu uma nova fase, tornando obrigatória a escrituração de todas as notas fiscais com retenção de imposto de renda e tributos federais, não mais só previdência, acarretando um volume expressivo de trabalho. Observou que há uma diferença em relação à previdência: - No caso da retenção de contribuição previdenciária, temos que escriturar no mês em que houve a emissão da nota fiscal, independente de o pagamento ser efetuado dentro do mês da emissão. Assim, o gestor, recebendo a nota fiscal já pode realizar os lançamentos, independente do pagamento naquele mês; - em relação ao imposto de renda e tributos federais, o fato gerador é o pagamento. Desta forma, a escrituração somente poderá ser realizada depois de a nota fiscal ser paga. A DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) só será obrigatória a partir de janeiro de 2024. Até o final do ano, a Receita Federal está apenas fazendo teste, mas os prazos deverão ser cumpridos. Tramita no SEI n. 0007120-59.2023.6.21.8000, a solicitação da SOF para a contratação de uma empresa de serviços de consultoria e apoio técnico à operacionalização da EFD-Reinf, que fará estes lançamentos de forma automatizada, por meio de um sistema que extrai os dados diretamente do SIAFI. O objetivo da contratação é tornar o trabalho mais ágil e com menor chance de erros.
Encerramento	Fábio (SOF)	Sugeriu que a próxima reunião seja realizada em 6 de dezembro para analisar a execução orçamentária e financeira, bem como tratar dos prazos para o encerramento do exercício.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Assunto	Participante	Descrição
		O Sr. Hermes (SOF) solicitou que as Unidades que tenham pendências de Restos a Pagar, verifiquem qual o andamento dos processos. Caso não tenha sido utilizado, que seja realizado uma depuração, a fim de baixar o saldo de empresas a fim de que seja deixado em Restos a Pagar somente o que tem chances de ser executado.
	Natália (SGP)	Solicitou que fosse realizada uma reunião só com a SOF e SGP antes desta data, a fim de alinhar a elaboração das folhas de pagamento com os prazos determinados pelo TSE.
	Fábio (SOF)	Referiu que, futuramente, poderia ser estudada uma forma de antecipar as contratações, dentro do possível, para que em outubro ou novembro já se tenha conhecimento do andamento da execução orçamentária do exercício.
	Fábio (AGCON)	Observou que, na próxima reunião prevista com os Titulares, será realizada uma exposição sobre o Plano de Contratações e será tratada a questão do encaminhamento das contratações em prazo mais razoável. Ainda, frisou que já existe uma norma de 2019 que estabelece estes prazos.
	Wobeto (STI)	Relatou que está em curso uma melhoria no Sistema de Apoio à Gestão de Contratos e junto com isso, algumas alterações no Plano de Contratações, que proporcionarão



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Assunto	Participante	Descrição
		uma visão melhor dos saldos.

Próxima reunião	06 de dezembro de 2023.
-----------------	-------------------------

5. Aprovação

Nome
Fábio das Neves Barbosa – Presidente da Comissão